



ARIOSTO TEIXEIRA

Economia Brasil

O ônus do ajuste

O programa de ajuste fiscal do Governo pretende atingir pesadamente os gastos da União, a renda dos segurados do sistema de previdência social e o bolso de quem tem conta corrente ou aplicações no mercado financeiro. A equipe que prepara o pacote de medidas está orientada a poupar o caixa das empresas. A idéia é descartar, ou aliviar, as medidas que impliquem aumento direto dos custos do setor produtivo e que representem impacto potencial sobre a taxa de inflação e os índices de desemprego.

O superávit primário de 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB) prometido ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para 1999 será obtido basicamente da seguinte forma: a) aumento das contribuições dos segurados da previdência (servidores públicos e assalariados em geral) capaz de produzir uma economia entre 0,9% e 1% de um PIB estimado em R\$ 940 bilhões, o que poderá perfazer algo entre R\$ 8,46 bilhões e R\$ 9,4 bilhões; b) um acréscimo de arrecadação com a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) da

ordem de 0,6% do PIB, o que significa algo como R\$ 5,64 bilhões e sugere que a alíquota da CPMF poderá dobrar para 0,40%; c) um corte orçamentário federal no item Outras Despesas de Capital (ODC) de 0,9% do PIB, equivalente a R\$ 8,46 bilhões; d) as empresas estatais, os estados e os municípios contribuirão com o que faltar para atingir a meta global.

Esses são os números aproximados de um programa que se pretende exequível a curto e médio prazos, uma vez que esta é a condição indispensável à materialização do empréstimo de US\$ 30 bilhões que o Brasil pediu ao FMI. Com exceção da CPMF, que depende de emenda constitucional, o Governo tentará aumentar a arrecadação da previdência através de medida provisória (MP). Ainda persistem dúvidas sobre a constitucionalidade desse instrumento para criar a contribuição dos inativos e aumentar as alíquotas dos segurados da União e do setor privado, embora consultas informais entre o Executivo e o Judiciário tenham indicado um cenário favorável ao Governo

no eventual julgamento de ações pelo Supremo Tribunal Federal.

A primeira impressão do modelo em perspectiva, contudo, é de que o ônus do ajuste recairá mais uma vez sobre a sociedade. Das medidas em estudo, parecem críveis apenas as que objetivam aumentar a receita previdenciária e a carga tributária através da CPMF e da criação de novos impostos (cogita-se, por exemplo, impostos sobre o consumo de combustíveis, taxação dos gastos com cartão de crédito no estrangeiro etc.). O peso do ajuste previdenciário faz sentido, é claro, tendo em vista o déficit global do sistema da ordem de R\$ 40 bilhões. Mas a expectativa de um aumento brutal da carga tributária só fará sentido se o Governo não conseguir viabilizar o corte das suas despesas.

De fato, não há qualquer garantia de que o setor público realmente será capaz de cancelar gastos. É sintomático que a equipe que trabalha no programa mostre incredulidade quanto à participação dos estados e municípios nesse esforço. Tanto é assim que não incluirá

no programa uma estratégia capaz de obrigar as unidades federativas a iniciarem processos efetivos de equilíbrio de seus sistemas de previdência ou de redução dos seus gastos. A única contribuição esperada é que os estados mantenham o pagamento das dívidas com a União. Mas mesmo nesses casos há motivo para pessimismo. Apesar da ampla renegociação de dívidas realizada nos últimos anos, alguns estados, como Mato Grosso, não pagam o Tesouro há 14 meses.

Existem incertezas semelhantes em relação ao corte das despesas de manutenção na área federal. A meta de R\$ 10 bilhões de economia nas despesas do Governo federal, se for materializada, merecerá comemorações entusiasmadas. Esse valor representa 1/4 no orçamento da máquina do Estado, o que inclui aperto financeiro nas áreas de educação e saúde, por exemplo, controladas por ministros politicamente fortes e gastadores como Paulo Renato de Souza e José Serra.